MOLINARI, LDA

RELATÓRIO E CONTAS

DO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017

1 - Introdução

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se o Relatório de Gestão e Contas respeitantes ao exercício de 2017.

2 – Actividade da empresa

Terminado o ano de 2017 importa fazermos uma análise ao ambiente socioeconómico em que a empresa está inserida. O último ano manteve a tendência vinda de 2016, com os indicadores macroeconómicos a serem positivos e um pouco mais sólidos.

De acordo com o divulgado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos no seu Boletim Mensal de Economia Portuguesa, disponibilizado em Fevereiro de 2018, no quarto trimestre de 2017, na Conjuntura Internacional, verificamos que a produção industrial mundial aumentou para 3,8% em termos homólogos (igual ao trimestre precedente). Mas, enquanto este indicador acelerou para as economias avançadas (EUA e União Europeia), o mesmo abrandou para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial de mercadorias desacelerou, em resultado sobretudo do crescimento menos intenso das exportações mundiais. Em termos de regiões, também foram as trocas comerciais dos países emergentes que se tornaram menos dinâmicas.
O PIB da zona da OCDE desacelerou para 2,6% em termos homólogos reais no 4.o trimestre de 2017 (2,8% no 3.o trimestre) influenciado por um abrandamento do crescimento da UE e do Japão; já que o dos EUA melhorou. No final de 2017, a taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE acelerou para 2,3% (1,8% em dezembro de 2016); enquanto a da generalidade dos países emergentes diminuiu (especialmente do Brasil e da Rússia).
No 4.o trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,6% e 2,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,8% em ambas as zonas, no 3.o trimestre). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de janeiro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE continuou a progredir, tendo alcançado o valor mais elevado desde meados do ano 2000 (+0,6%, no 4.o trimestre de 2017). Em dezembro de 2017, a taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 7,3% e 8,7%, respetivamente (8,2% e 9,7%, respetivamente, em dezembro de 2016). Em janeiro de 2018, a taxa de inflação da área do euro desceu para 1,3% em termos homólogos (1,4% no mês precedente) refletindo uma desaceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares não transformados; enquanto se manteve em 1,5% em termos de variação dos últimos 12 meses.

Quanto à Conjuntura Nacional, as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.o trimestre de 2017 apontam para um crescimento homólogo real de 2,4% do PIB, mantendo a variação verificada no trimestre precedente. Segundo o INE, esta variação resultou exclusivamente do contributo da procura interna. No entanto, tal contributo foi menor devido à desaceleração do Investimento e do consumo privado. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,7% em termos reais, resultante da aceleração da balança de bens e serviços, contrastando

com a diminuição na procura interna devido sobretudo ao abrandamento do consumo privado. No total do ano, o crescimento fixou-se em 2,7% (1,1 p.p. superior ao registado em 2017).
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.o trimestre, mostram que, em termos homólogos o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento face ao período homólogo de 5,5%, porém desacelerando face ao trimestre anterior (-0,5 p.p.) e que o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 4,1%, um valor superior em 0,1 p.p. face ao observado no 3o trimestre do ano.
No trimestre terminado em janeiro, assistiu-se a uma melhoria do indicador de confiança dos serviços, o da construção manteve-se estável, enquanto que os setores da industria e comércio registaram ligeiras deteriorações.
Sobre o Consumo Privado, podemos ainda mencionar que no último trimestre de 2017, este cresceu, em termos reais, 2%, desacelerando 0,6 p.p. face ao 3.o trimestre. Tanto o consumo de bens duradouros como o consumo de bens correntes concorreram para este desempenho, com o contributo de ambas as componentes a reduzir-se em 0,2 e 0,4 p.p., respetivamente. No total do ano, o consumo privado cresceu 2,2%, acelerando 0,1 p.p. face a 2016. O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu, em média, 4,1%, mais 0,1 p.p. do que no 3.o trimestre. A componente não alimentar (4,3%) foi a que mais cresceu, embora tenha desacelerado 1,6 p.p. face ao trimestre anterior. Já a componente alimentar, cresceu 3,8% (mais 2,2 p.p. do que no 3.o trimestre). No total do ano, o IVNCR cresceu 4%, mais 1,3 p.p. do que em 2016.
No trimestre terminado em janeiro, e quando comparado com o último trimestre de 2017, o índice de confiança dos consumidores apresentou uma deterioração. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho a melhorar substancialmente; contrastando com a evolução do indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo que evoluiu negativamente.

Voltemo-nos agora um pouco mais para o Sector Segurador, onde a nossa empresa desenvolve a sua actividade.
Continua a ser um privilégio estar inserido num Sector que demonstra solidez financeira, mas que tem passado por alguma consolidação dos seus intervenientes.
Com base nos dados recolhidos pela APS o Sector Segurador aumentou a sua produção em 6,40% de 2016 para 2017. Em 2017, o Sector Vida aumentou 6,19% e o Sector o Não-Vida cresceu 6,91%. Foi um ano em que ambos os sectores contribuíram positivamente para o crescimento do mercado.
Analisando mais em detalhe o Ramo Não-Vida, o Ramo de Acidentes e Doença mostra um aumento de 10,3% quando comparado com o ano anterior, onde o Ramo de Acidentes de Trabalho contribuiu com um aumento de 13% mantendo a tendência de ajuste de prémios a ser feita um pouco por todo o mercado. O Ramo Automóvel também cresceu consistentemente ficando com 5,4% de resultado final. O Ramo de Marítimo e Transportes mantiveram a tendência dos restantes, com o um aumento de 3,9% com Mercadorias e Pessoas Transportadas a serem quem mais deu o seu contributo. Por fim, os Ramos de Aéreo, Responsabilidade Civil e Diversos que consolidaram os seus números com crescimentos de 13,4%, 8,9% e 8,5% respectivamente.
No Ramo Vida foram os Seguros de Vida ligados a fundos de investimento e operações de capitalização que proporcionaram ao Ramo ter um crescimento claramente positivo. Ainda uma nota para os produtos como PPR e PPE que cresceram 18,7% contrariando a contração feita (redução de 14%) em 2016.
Será de assinalar o segundo ano de crescimento em ambos os Ramos depois de tantos anos onde só tivemos erosão de prémios no Mercado Segurador.

A nossa empresa, tem alicerçado a sua estabilidade no mesmo princípio de há uns anos a esta parte, que é por manter o seu *portfolio*. Com esse objectivo em mente o nosso plano de ação passa por manter/renovar os negócios de carácter anual, com um foco nos denominados Tratados para a área de Obrigatório e na área dos Facultativos, destacamos Carteira de Incêndio e Responsabilidade Civil. Este ano registamos uma diminuição do Resultado Liquido do Exercicio, mas não foi por falta de empenho e dedicação da nossa Equipa. Essa redução foi fundamentalmente resultado da continuada consolidação do mercado e que resulta numa menor cedência de prémio tanto na parte de contractos como de facultativo. Ainda assim, na carteira Facultativa de Incêndio registamos um ligeiro aumento, o que nas condições de mercado actual é sempre positivo. No que diz respeito aos Tratados manteve-se a tendência dos últimos anos, que passa por uma contracção dos prémios cedidos a Resseguro visto haver uma preocupação em reduzir os custos associados aos mesmos. Na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, também já conseguimos ver uma recuperação, mas não foi o suficiente para que o Resultado Operacional fosse superior ao de 2016
Ao longo do ano de 2017, foram patentes os ajustes em relação às companhias presentes no mercado, com essa tendência certamente a passar para o ano seguinte. Com o ambiente económico a ter um horizonte mais risonho o ano que terminou ainda assim apresentou alguma estabilidade.

No que a resultados diz respeito, as Prestações de Serviços cifraram-se em 1 624 920,67€, o que significa um decréscimo de 19,06% face ao exercício anterior. A rubrica dos Gastos Gerais atingiu 941 033,77€, resultando num ligeiro decréscimo de 2,26%, em relação ao ano de 2016.

Na rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos provenientes de depósitos bancários e outros ganhos diversos tivemos um encaixe de 50 413,83€ que, comparativamente ao ano anterior registaram um acréscimo de 30,66%, enquanto os Outros Gastos e Perdas se fixaram em 19 743.30€ quando em 2016 foram de 13 967,15€. Por outro lado a valorização das aplicações financeiras de que a entidade é detentora originaram ganhos que ascenderam a 14 182,37€, quando no ano transacto originaram perdas que se fixaram em 13 759,15€.

Assim, os Rendimentos e Ganhos para o período foram de 1 689 516,87 € e os Gastos e Perdas de 960 777.07€, dando origem a um EBITDA (Resultado antes de depreciações e gastos financeiros e impostos) de 728 739,80 €, valor este inferior ao do exercício anterior que foi de 1 055 527,70€.

Por fim, os gastos de depreciação e amortização para período cifraram-se em 27 251,93 € originando que os RESULTADOS OPERACIONAIS se fixassem em 701 487,87€, valor esse também inferior ao do ano transacto que tinha sido de 1 037 002,54€.

Foi estimado o valor de 176 464,71€ para fazer face ao pagamento dos impostos sobre os rendimentos pelo que o RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO se fixou em 525 023.16€

3 – Proposta de gratificação de balanço

O órgão de gestão propõe a manutenção do pagamento de uma gratificação de balanço a distribuir aos sócios gerentes e ao pessoal pertencente ao quadro permanente da empresa em 2018, pelo que reconheceu como gasto do exercício de 2017 o valor de 40,000€ para o efeito.

4 – Perspectivas para o ano de 2018

De acordo com o relatório publicado em Janeiro de 2018 pelo Banco Mundial e denominado *Global Economic Prospects* (GEP) espera-se que o crescimento mundial seja sustentável durante os próximos anos, com a expectativa de até acelerar nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs) graças à recuperação nos exportadores de *commodities*. Embora o crescimento a curto prazo possa surpreender pelo lado positivo, a perspectiva global ainda está sujeita a riscos substanciais, incluindo a possibilidade de stress financeiro, aumento do protecionismo e aumento das tensões geopolíticas. Particularmente preocupantes são os riscos a longo prazo e os desafios associados à produtividade moderada e ao crescimento potencial. Com lacunas de produção a escassear ou já fechadas em muitos países, o apoio à procura agregada com o uso de políticas cíclicas está-se a tornar cada vez menos uma prioridade. O foco deve agora passar para políticas estruturais necessárias para aumentar a produtividade a longo prazo assim como os padrões de vida.

No que às perspetivas regionais concerne, o crescimento na maioria das regiões EMDE com um grande número de exportadores de *commodities* recuperou em 2017, à exceção do Médio Oriente e do Norte da África, principalmente devido a cortes de produção de petróleo. Normalmente, estas regiões devem ter um crescimento mais rápido durante o âmbito temporal das previsões, visto que à medida que os preços das *commodities* aumentam, o impacto do choque de termos de troca anterior diminui. Espera-se que o ritmo robusto de expansão esperado para as regiões EMDE com um número substancial de importadores de commodities continue. Os riscos relativamente às previsões futuras tornaram-se mais equilibrados em algumas regiões, mas continuam a inclinar-se para baixo em todas elas.

A economia global está a experimentar uma recuperação cíclica, refletindo uma recuperação no investimento, atividade de fabricação e comércio. Essa melhoria vem no contexto de condições benignas de financiamento global, políticas geralmente acomodatórias, aumento da confiança e reafirmando os preços das commodities. Espera-se que o crescimento global do PIB tenha aumentado de 2,4% em 2016 para 3% em 2017, acima da previsão de junho de 2,7%. A recuperação é ampla, com crescimento crescente em mais de metade das economias mundiais. Em particular, a recuperação do crescimento do investimento global - que representou três quartos da aceleração do crescimento do PIB mundial de 2016 a 2017 - foi suportada por custos de financiamento favoráveis, lucros crescentes e melhoria do sentimento empresarial tanto em economias avançadas quanto em mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs). Essa recuperação sincronizada e orientada para o investimento está a proporcionar um impulso substancial às exportações e importações globais no curto prazo.

Relativamente à Zona Euro, o crescimento ganhou um impulso substancial em 2017, atingindo um aumento estimado de 2,4%, 0,7 pontos percentuais acima do esperado anteriormente - com melhorias em grande parte dos países membros, impulsionados pelo estímulo político e pelo fortalecimento da procura global. Em particular, o crédito do setor privado continuou a responder à posição de estimulo do Banco Central Europeu (BCE), e tanto a procura doméstica quanto o crescimento das importações foram robustos.
A taxa de desemprego atingiu o seu nível mais baixo desde 2009, e a escassez de mão-de-obra tornou-se cada vez mais dominante em alguns países. No entanto, o crescimento dos salários manteve-se moderado, e a apreciação do euro em 2017 provavelmente atrasará ainda mais a recuperação da inflação em 2018, ao mesmo tempo em que pressiona a redução nos preços de importação (BCE 2016). Com a inflação abaixo do objetivo, espera-se que o BCE mantenha as

taxas de juros inalteradas em 2018, mas gradualmente reduza as compras de ativos. A posição orçamental agregada da área do euro foi algo expansionista em 2017 (Comissão Europeia 2017).
Espera-se que a recuperação cíclica continue em 2018, embora a um ritmo mais restritivo, uma vez que a procura doméstica deve perder algum impulso após os fortes ganhos de 2017 e o estímulo das políticas de incentivo a ser gradualmente reduzido. Espera-se que o crescimento do PIB seja de apenas 2,1% em 2018, em comparação com o ano anterior, mas notavelmente mais forte do que o previsto anteriormente. Prevê-se, em média, 1,6% em 2019-20, como estimativas optimistas de crescimento potencial do PIB, à medida que a folga do mercado de trabalho se dissipa. A longo prazo, as perspectivas de crescimento continuam a ser constrangidas pelo encolhimento da população em idade de trabalho na maioria das economias da Zona do Euro e por uma persistente perda de produtividade e competitividade entre os membros periféricos (Díaz del Hoyo et al., 2017).

Findo um pequeno enquadramento em termos económicos do que é esperado para o ano que agora se inicia, voltemo-nos para a realidade concreta da nossa empresa, Molinari. Com a contração económica dos últimos anos temos apostado numa politica de continuidade, ainda que agora já existam sinais de recuperação económica e social. Apoiados nesses sinais positivos, vamos manter os nossos objectivos de renovar os contractos de carácter anual, como a carteira de facultativo de incêndio e responsabilidade civil. Em relação aos ramos de negócio que têm sofrido perdas maiores, como engenharia, tentaremos aproveitar as oportunidades de negócio que possam advir de algum investimento público em infraestruturas ou algum investimento privado de maiores dimensões. As opções internacionais continuam a permanecer uma alternativa mas que em termos práticos parecem ser menos interessantes do que há uns anos atrás. O mercado nacional continuará a ser o nosso *core market*, focando-nos em prestar, apoio às Seguradoras a operar em território nacional.

A área financeira, assume relevo num ambiente em que o negócio primário não corresponde ao esperado. Ainda assim, e apesar dos sinais económicos serem mais positivos existem poucas alternativas com rentabilidade aceitáveis no âmbito de um perfil conservador. Por esse motivo temos procurado alternativas junto do sector bancário diversificando o tipo de aplicações escolhidas assim como as entidades bancárias com que trabalhamos. Tentaremos avaliar se as opções tomadas em 2017 provam ser acertadas em 2018 dando um retorno um pouco mais elevado que nos anos anteriores. Ajustaremos se necessário de forma a termos sempre presente a manutenção do património da empresa. Para 2018, com aplicações mais diversificadas é importante aumentar um pouco o horizonte temporal, ainda que com avaliações periódicas para depois optarmos por manter esta linha de investimento ou voltarmos a alterar na busca de uma situação óptima.

A área operacional, irá manter a direcção traçada para os últimos anos. Vamos continuar a tentar reduzir custos e rejuvenescer a equipa. O optimização feita nos últimos anos provavelmente significa com o ano de 2018 será um ano mais de manutenção do que redução de custos. Em relação ao rejuvenescimento da equipa neste momento estamos satisfeitos com a maneira como estamos a evoluir e sentimos que nos nossos quadros estão a adquirir competências importantes para o futuro.

Esperamos que o ano de 2018 traga, ao Mercado Segurador Português, crescimento económico de uma forma mais sustentada e também mais estabilidade. A nossa convicção é que o mercado, apoiado no crescimento do País, mantenha a tendência de crescimento verificada nos últimos dois anos de forma a colmatar a erosão de prémio dos anos de crise mais acentuada.

Porém, o nosso optimismo tem que ser moderado uma vez que não existe uma relação directa entre o crescimento no volume de prémios e o volume dos mesmos cedidos para Resseguro. Para o novo ano mantemos a ambição de recuperar algumas receitas embora saibamos que com a consolidação de mercado observada nos últimos anos poderá ser uma tarefa complicada. Agradecemos a confiança em nós depositada pelos nossos parceiros em 2017 e esperamos que para 2018 a possamos manter e corresponder aos desafios que possam surgir.

5 – Proposta de aplicação de resultados

Do Resultado Liquido do Período, findo em 31 de Dezembro de 2017, que foi de um lucro de 525 023,16 €, propõe o órgão de gestão que seja aplicado como segue:

- Para Reservas Livres ..... 285.023,16 € ;
- Para os sócios da sociedade, em partes correspondentes às suas participações o valor de..... 240.000,00 € .

6 – Capital Social da sociedade

No exercício não se verificou qualquer alteração no capital social da sociedade pelo que as participações dos sócios são as seguintes:

Sr. Dr. Francisco Alves Porto	16 000,00 €	(16%)
Sra. D. Helena Rosa Silva Duarte	20 000,00 €	(20%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto	32 000,00 €	(32%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto e Dr. Francisco Alves Porto (quota comum)	32 000,00 €	(32%)

Lisboa, 26 de Março de 2018

MOLINARI, LDA.
O Gerente

Francisco Alves Porto

Helena Duarte

BALANÇO
DA
MOLINARI, LDA
EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo

	NOTAS	2017	2016
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangiveis	7	172.304,91	147.074,96
Participações financeiras - outros métodos	8	36.852,26	35.861,90
		209.157,17	182.936,86
Activo Corrente			
Clientes	9	61.212,94	39.553,14
Adiantamentos a fornecedores	9	346,36	282,58
Estado e outros entes publicos	10	204.798,95	198.551,94
Outras contas a receber	11	605.583,80	130.568,87
Diferimentos	12	5.785,72	14.713,21
Outros ativos financeiros	13	1.785.250,95	114.157,17
Caixa e depósitos bancários	14	3.912.766,59	5.946.602,23
		6.575.745,31	6.444.429,14
Total do Ativo:		**6.784.902,48**	**6.627.366,00**

Capital Próprio e Passivo

Capital Próprio			
Capital Realizado	15	100.000,00	100.000,00
Reservas Legais	16	20.000,00	20.000,00
Outras Reservas	16	5.054.430,11	4.616.302,63
Ajustamentos em Activos Financeiros	17	12.558,35	12.558,35
Resultado Liquido do Período		525.023,16	788.127,48
Total do Capital Próprio:		5.712.011,62	5.536.988,46
Passivo Corrente			
Fornecedores	9	8.283,49	0,00
Adiantamentos de clientes	9	2.290,42	1.469,85
Estado e outros entes publicos	10	206.589,46	279.465,00
Outras contas a pagar	11	855.727,49	809.442,69
Total do Passivo Corrente		1.072.890,86	1.090.377,54
Total do Passivo:		***1.072.890,86***	***1.090.377,54***
Total do Capital Próprio e do Passivo		**6.784.902,48**	**6.627.366,00**

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA.
O Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DA EMPRESA
MOLINARI, LDA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	NOTAS	2017	2016
Serviços Prestados	18	1.624.920,67	2.007.465,13
Fornecimento e Serviços Externos	19	-145.629,68	-148.615,87
Gastos com o Pessoal	20	-795.404,09	-814.179,49
Aumentos/Reduções de justo valor	21	14.182,37	-13.759,15
Outros Rendimentos e Ganhos	22	50.413,83	38.584,23
Outros Gastos e Perdas	23	-19.743,30	-13.967,15
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros e impostos		**728.739,80**	**1.055.527,70**
Gastos de depreciação e amortização	7	-27.251,93	-18.525,16
Resultados Operacionais		**701.487,87**	**1.037.002,54**
Resultado antes de Impostos		**701.487,87**	**1.037.002,54**
Imposto sobre o Rendimento		**-176.464,71**	**-248.875,06**
Resultado Líquido do Período		**525.023,16**	**788.127,48**

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA
O Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DA

MOLINARI, LDA

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

		PERÍODOS	
	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1.604.081,44	2.001.897,19
Pagamentos a fornecedores		-140.153,61	-153.627,91
Pagamentos ao pessoal		-333.077,59	-346.655,03
Caixa gerada pelas operações		**1.130.850,24**	**1.501.614,25**
Pagameto / recebimento do imposto sobre o rendimento		-255.109,35	-198.474,49
Outros recebimentos / pagamentos		-958.665,39	-917.541,51
Fluxos de caixa das atividas operacionais (1)		**-82.924,50**	**385.598,25**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangiveis		-48.817,36	-51.399,02
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangiveis		21.000,00	16.300,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-27.817,36**	**-35.099,02**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos/lucros		-252.000,00	-270.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-252.000,00**	**-270.000,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-362.741,86	80.499,23
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.060.759,40	5.980.260,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	5.698.017,54	6.060.759,40

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI LDA
O Gerente

Francisco Alves Porto

Helena Duarte

MOLINARI LDA
RUA RODRIGO DA FONSECA, 56 R/C
1250-193 LISBOA

Conserv. do Registo Com. de Lisboa e Contribuinte 500 477 990 - Capital Social € 100.000
Número de Registo do ISP 808 281 087 de 02/09/2008 (www.isp.pt)
Certificado para os ramos Vida e Não Vida

TELEFONE 21 382 61 40
molinari@molinari.pt

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DA EMPRESA

MOLINARI, LDA

ANO DE 2016

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Intrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamento em activos financeiros	Exedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total	Interesses Minoritários	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERIODO	1	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.160.387,70	0,00	12.558,35	0,00	0,00	830.914,93	5.123.860,98	0,00	5.123.860,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00	455.914,93	0,00	0,00	0,00		-455.914,93	0,00	0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455.914,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-455.914,93	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											788.127,48	788.127,48	0,00	788.127,48
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											332.212,55	788.127,48	0,00	788.127,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE NO PERIODO															
Realizações de capital															
Distribuições												-375.000,00	-375.000,00		
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-375.000,00	-375.000,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FINAL DO PERIODO	1+2+3+5	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.616.302,63	0,00	12.558,35	0,00	0,00	788.127,48	5.536.988,46	0,00	5.536.988,46

ANO DE 2017

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Intrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamento em activos financeiros	Exedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total	Interesses Minoritários	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERIODO	6	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.616.302,63	0,00	12.558,35	0,00	0,00	788.127,48	5.536.988,46	0,00	5.536.988,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00		-438.127,48	0,00	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-438.127,48	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											525.023,16	525.023,16	0,00	525.023,16
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											86.895,68	525.023,16	0,00	525.023,16
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE NO PERIODO															
Distribuições												-350.000,00	-350.000,00		
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FINAL DO PERIODO	6+7+8+10	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	5.054.430,11	0,00	12.558,35	0,00	0,00	525.023,16	5.712.011,62	0,00	5.712.011,62

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA.
Sócio Gerente

Francisco Alves Porto

Helena Duarte

ANEXO

1- NOTA INTRODUTÓRIA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Molinari, Lda.
SEDE: Rua Rodrigo da Fonseca, 56 r/c em Lisboa
NATUREZA DA ATIVIDADE: Outras Actividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões – CAE 66290.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro do SNC – Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho, e em conformidade com a modernização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015 e 218/2015, de 24 de Julho.

2.2 Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 –APLICAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCFR

Não se verificou qualquer alteração neste período

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Outras politicas contabilísticas relevantes

4.2.1 Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edificios e outras construções – 50 anos
Equipamento de transporte – 4 anos
Equipamento administrativo – 4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis – 4 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.
O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização". As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

4.2.2 Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 –Instrumentos financeiros. Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Instrumentos financeiros:

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: "investimentos registados ao justo valor através dos resultados " e "investimentos disponíveis para venda". A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento. A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada sempre que se justifique.

- Investimentos registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se

em duas subcategorias: "ativos financeiros detidos para negociação" e "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente se adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se --desfasamento contabilístico. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expetável que se

realizem num período inferior a 12 meses da data de balanço; Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes activos são mensurados ao seu valor nominal.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal

e) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem salários, diuturnidades, subsídio de alimentação, de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas os encargos com complemento de reforma dos trabalhadores em observância ao disposto no contrato colectivo para a actividade assim como seguro de saúde e acidentes pessoais que abrange a generalidade dos trabalhadores da empresa e ainda as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

f) Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data de transações e aquelas em vigor na data de cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como réditos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

4.2.3 O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhes estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

• O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
• É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
• Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e
• A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.4 O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde ao imposto corrente, não se tendo registado movimentos que dessem lugar ao reconhecimento de impostos diferidos. Os impostos correntes são registados em resultados. O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

4.2.5 A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados,independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.6 Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjustingevents" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjustingevents" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.2.7 - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

4.2.8 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os activos fixos tangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de activos existentes na Empresa.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

5 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme se seguem:

	2017	2016
Numerário	378,97	177,07
Depósitos à ordem	968.330,44	2.802.425,16
Depósitos a prazo	2.944.057,18	3.144.000,00
Outros instrumentos financeiros	1.785.250,95	114.157,17
	5.698.017,54	6.060.759,40

6 – PARTES RELACIONADAS

a) A empresa não controla direta ou indirectamente, nem é controlada por qualquer outra entidade.

b) As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam no período a:

remunerações fixas :	371.112,90
remunerações variáveis:	29.760,00

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No período registaram-se os seguintes movimentos nos ativos fixos tangíveis:

	Anos de Vida útil	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo final
Edificios e outras construções	50	18.947,08	0,00	0,00	0,00	18.947,08
Equipamento de transporte	4	198.743,16	48.513,35	-99.033,42	0,00	148.223,09
Equipamento administrativo	4 a 8	323.698,11	3.967,94	0,00	0,00	327.666,05
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8	175.160,88	0,00	0,00	0,00	175.160,88
		716.549,23	52.481,29	-99.033,42	0,00	669.997,10

DEPRECIAÇÃO	Saldo inicial	Reforço	Anulações	Outros	Saldo final
Edificios e outras construções	9.405,28	285,12	0,00	0,00	9.690,40
Equipamento de transporte	164.999,95	23.375,84	-99.034,01	0,00	89.341,78
Equipamento administrativo	220.247,01	3.404,04	0,00	0,00	223.651,05
Outros activos fixos tangíveis	174.822,03	186,93	0,00	0,00	175.008,96
	569.474,27	27.251,93	-99.034,01	0,00	497.692,19

8 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

A sociedade é detentora das acções a seguir discriminadas:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2017		2016	
	UNIDADES	VALOR	UNIDADES	VALOR
ACÇÕES				
BANCO ESPIRITO SANTO	101.455	0,00	101.455	0,00
BANCO BPI	30.977	36.336,02	30.977	35.034,98
FENALU- GEST.INVEST.PART.	499	9,98	499	9,98
SOC.IMOB.TURIST.QUINTA DO PERU,SA	0	0,00	120	600,00
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	488	506,26	213	216,94
		36.852,26		35.861,90

que se encontram registadas da seguinte forma:

- Banco Espirito Santo – sem cotação à data de 31/12/2017
- Banco BPI – cotadas oficialmente à data de 31/12/2017
- Funali – cotadas à data de 31/12/2016, ultima data oficialmente conhecida
- Soc.Imob.Quinta do Peru, SA – perda total por insolvência da participada
- Fundo de Compensação do Trabalho – cotação oficial à data de 31/12/2017

9 – CLIENTES E FORNECEDORES

Os Activos Correntes e Passivos Correntes encontram-se registados pelo seu valor histórico não se prevendo qualquer risco de incobrabilidade, sendo a antiguidade representada como segue:

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2017	2016
ATIVOS CORRENTES					
Clientes gerais	33.410,54	26.747,08	1.055,32	61.212,94	39.553,14
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	346,36	346,36	282,58
PASSIVOS CORRENTES					
Clientes gerais	824,49	0,60	1.465,33	2.290,42	1.469,85
Fornecedores gerais	8.283,49	0,00	0,00	8.283,49	0,00

10 -ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores Activos e Passivos representados no Balanço decorrem das obrigações a que a entidade está sujeita perante o Estado e os outros entes públicos. Não há quaisquer dívidas em mora ao Estado e a situação na Segurança Social encontra-se regularizada e o quadro seguinte discrimina a situação:

	2017	2016
Ativo Corrente		
Pagamentos por conta de IRC	201.228,00	193.011,00
Retenções na fonte - Capitais	3.570,95	5.540,94
TOTAIS	204.798,95	198.551,94
Passivo Corrente		
IRC - Imposto s/ rendimento estimado	176.464,71	248.875,06
Retenções s/trabalho dependente	15.260,00	15.404,00
Retenções s/trabalho independente	137,50	716,00
Imposto municipal s/ imóveis	482,50	482,55
Segurança Social	14.218,68	13.901,01
Tributos das autarquias locais	0,00	60,31
Fundo Compensação Trabalho	26,07	26,07
TOTAIS	206.589,46	279.465,00

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Devido à especificidade da sua actividade a entidade centraliza nesta rubrica os valores correntes recebidos com vista a serem transferidos, quer para as empresas de seguros, quer para os resseguradores, assim como os que tem a receber dessas entidades, não se registando qualquer grau de imparidade e cuja antiguidade de saldos se encontra assim distribuída:

ATIVO CORRENTE

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2017	2016
Seguradoras e Resseguradoras - Valores a receber	15.593,20	565.380,97	8.433,74	589.407,91	112.474,83
Outros devedores diversos	2.022,50	0,00	14.153,39	16.175,89	18.094,04
TOTAL	17.615,70	565.380,97	22.587,13	605.583,80	130.568,87

PASSIVO CORRENTE

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2017	2016
Seguradoras e Resseguradoras - Valores a aplicar	1.746,76	512.835,94	190.422,33	705.005,03	639.689,29
Encargos com férias	101.785,48	0,00	0,00	101.785,48	101.785,58
Sindicato	56,49	0,00	0,00	56,49	56,49
Outros credores diversos	48.880,49	0,00	0,00	48.880,49	67.911,33
TOTAL	152.469,22	512.835,94	190.422,33	855.727,49	809.442,69

12– DIFERIMENTOS

Esta rubrica do balanço reflecte o valor de encargos pagos em 2017, cujos gastos respeitam ao período seguinte.

13 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros activos financeiros a seguir discriminados, respeitam a fundos cuja aplicação permite o resgate a curto prazo e encontram-se registados ao justo valor, tendo como base a cotações bancárias à data de 31/12/2017 e estão assim distribuídos:

	ANO 2017	ANO 2016
Fundos - NBpatrimónio	71.529,51	72.201,43
Fundos - Santander	183.646,50	41.955,74
Fundos - Diversos	1.530.074,94	0,00
	1.785.250,95	114.157,17

14 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os valores de caixa bem como os depósitos bancários encontram-se assim expressos:

	ANO 2017	ANO 2016
Numerário	378,97	177,07
Depósitos à ordem	968.330,44	2.802.425,16
Depósitos a prazo	2.944.057,18	3.144.000,00
	3.912.766,59	5.946.602,23

15 - CAPITAL

O Capital social que se encontra totalmente realizado, está assim distribuído:

Dr. Francisco Alves Porto	16.000,00
D. Helena Rosa Silva Duarte	20.000,00
Dra. Isabel Alves Porto	32.000,00
Dra. Isabel Alves Porto e Dr. Francisco Alves Porto (quota comum)	32.000,00

16- RESERVAS

As Reservas da entidade em 31 de Dezembro eram as seguintes:

	ANO 2017	ANO 2016
Reservas Legais	20.000,00	20.000,00
Outras Reservas (Reserva Livres)	5.054.430,11	4.616.302,63

17 – AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Os ajustamentos que trata esta rubrica respeita às acções por foram atribuídas à empresa em resultado da incorporação de reservas das seguintes entidades:

Pelas acções detida no Banco BPI	3.022,72
Pelas acções detida no Banco BES	7.729,98
Pelas acções detida na FENALU	1.805,65
	12.558,35

18– PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor das remunerações recebidas, em numerário, que ascenderam no período a 1 624 920.67€ respeitam a comissões de corretagem de resseguros, das quais 43 147.03€ respeitam ao ramo VIDA e 1 581 773.64€ do ramo NÃO VIDA.

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No período os gastos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

RUBRICA	ANO 2017	ANO 2016
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	3.926,21	4.955,37
PUBLICIDADE	0,00	121,77
COLOC.RESSEG. E REPRESENTAÇÃO	11.809,52	20.979,53
HONORARIOS	15.850,00	15.850,00
COMISSÕES	8.513,37	4.483,42
CONSERVACAO E REPARACAO	10.034,68	10.066,69
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	266,14	423,53
LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	189,50	747,45
MATERIAL DE ESCRITORIO	3.229,16	652,26
ARTIGOS PARA OFERTA	13.644,08	7.667,73
ELECTRICIDADE	3.019,64	3.838,39
COMBUSTIVEIS	5.477,83	6.506,29
AGUA	674,79	670,05
DESLOCAÇOES E ESTADAS	6.017,75	6.388,50
TRANSPORTES PESSOAL	762,50	321,40
RENDAS E ALUGUERES	6.814,80	8.518,50
COMUNICACAO	8.317,29	7.645,34
SEGUROS	4.328,06	5.434,39
CONTENCIOSO E NOTARIADO	562,37	1.524,00
DESPESAS DE REPRESENTACAO	37.345,18	36.499,74
LIMPEZA,HIGIENE E CONFORTO	314,30	153,52
OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	4.532,51	5.168,00
	145.629,68	148.615,87

20 – GASTOS COM O PESSOAL

A entidade teve ao seu serviço um total de 8 profissionais, dos quais

2 sócio gerentes

6 trabalhadores por conta de outrem

que despenderam 11 172 horas de efectivo trabalho.

Os gastos com o pessoal ficaram, neste exercício, assim distribuídos:

RUBRICA	ANO 2017	ANO 2016
REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS	400.872,90	386.505,00
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	231.031,42	255.062,02
PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA	15.947,15	16.745,17
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES - ORGÃOS SOCIAIS	92.162,87	88.685,95
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES - PESSOAL	45.433,56	51.731,26
SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABAL	6.269,72	6.379,85
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	3.686,47	9.070,24
	795.404,09	814.179,49

No período foi contabilizada a estimativa de gratificação de balanço a distribuir ao pessoal em 2018, no valor de 40 000,00€

Dos outros gastos com o pessoal há a salientar o pagamento do seguro de saúde e acidentes pessoais no valor de 2 325,53€ que abrange a generalidade dos trabalhadores da empresa.

21 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

No período registaram-se ganhos nos instrumentos financeiros e nos investimentos financeiros pela aplicação do justo valor em resultado da cotação oficial, à data de 31/12/2017, como se descreve:

RUBRICA	ANO 2017	ANO 2016
EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12.826,38	-14.983,26
EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.355,99	1.224,11
	14.182,37	-13.759,15

22– OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos obtidos resultam de:

RUBRICA	ANO 2017	ANO 2016
DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORAVEIS	166,04	22.163,73
JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	14.065,87	22.163,73
ALIENAÇÕES	21.000,59	16.300,01
OUTROS GANHOS DIVERSOS	15.181,33	120,50
	50.413,83	60.747,97

23 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas no período podem ser observados e comparados no quadro seguinte:

RUBRICA	ANO 2017	ANO 2016
IVA -IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO	3.294,92	4.901,25
IMPOSTO S/ TRANSPORTES RODOVIARIOS	580,10	1.135,62
IMI - IMPOSTO MUNICIPAL S/IMOVEIS	1.125,90	482,55
TAXAS PROTECÇÃO CIVIL	0,00	60,31
TAXA SUPERVISÃO	1.500,00	1.500,00
PERDA EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	600,00	0,00
DONATIVOS	500,00	500,00
DESPESAS INSUFICIENTEMENTE DOCUMENTADAS	79,00	0,00
DESPESAS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS	10.387,79	3.354,67
OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	1.675,59	2.032,75
	19.743,30	13.967,15

24 – GASTO DE IMPOSTOS

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico:

Apuramento do lucro tributável	obs	2017	2016
Resultado antes de imposto	1	701.487,87	1.037.002,54
A acrescer			
Gastos não documentados		0,00	225,16
50% da diferença entre mais e menos valias fiscais		10.500,00	8.150,00
Depreciações não aceites como gastos		10.875,84	4.997,50
Ajudas de custo e encargos com combustíveis		0,00	2.160,36
Despesas insuficientemente documentadas		79,00	1.383,45
Outras despesas não especificadas		1.659,99	424,14
A deduzir:			
Benefícios fiscais		-150,00	-150,00
Mais valias contabilisticas		-21.000,00	-16.300,01
Outros ganhos não especificados		-0,30	-0,04
Lucro fiscal	2	703.452,40	1.037.893,10
Materia Coletável:			
Coleta (Matéria coletável até 15 000,00)		2.550,00	2.550,00
Coleta (Matéria coletável superior a 15 000,00)		144.575,00	214.807,55
Ajustamentos à Coleta - Tributação autónoma		18.787,92	15.949,11
Ajustamentos à Coleta - Derrama		10.551,79	15.568,40
Imposto sobre o rendimento do período	3	176.464,71	248.875,06
Taxa do imposto aplicável	4=3/2x100	25,09	23,98
Taxa média efetiva de imposto	5=3/1x100	25,16	24,00

25 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 pela Revisora Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas ascenderam a 4 500,00.

Não foram facturados quaisquer honorários relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

26– ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data de balanço e antes de as demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão não se verificaram acontecimentos que desse lugar a ajustamentos ou careçam de divulgação.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS
Á DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Para cumprimento do estabelecido na Norma Regulamentar nº 15/2009 R, de 30 de Dezembro a seguir se relatam os acontecimentos relativos à actividade de mediação de seguros ou de resseguros.

1.a) Descrição das politicas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remuneração:

As remunerações são reconhecidas no momento em que é efectuada cada operação de resseguro e não existem transacções que envolvam prestações de serviços de serviços em fase de acabamento.

1.b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

O total das remunerações recebidas respeita comissões de intermediação de resseguros

1.c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro :

O valor das remunerações recebidas e a receber relativas ao período objecto de relato ascenderam a 1 624 920,67€ , sendo:

Ramo não vida 1 581 773,64€
Ramo vida 43 147,03€

1.d) Indicação da existência de níveis de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes iguais a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira:

O total das remunerações iguais ou superiores a 25% apenas se verificou relativamente a uma entidade resseguradora que atingiu 27,62%.

1.e) Valor das contas "clientes"

CONTAS CLIENTES

Saldo no inicio do período	38.083,29
Saldo no final no período	58.922,52
Movimentos no período a débito	1.718.449,91
Movimentos no período a crédito	1.697.610,68

1.f) As contas a receber e a pagar desagregadas por origem apresentam os seguintes saldos no final do exercício:

ENTIDADES	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
EMPRESAS DE SEGUROS	264.433,21	671.085,70
EMPRESAS DE RESSEGUROS	386.187,64	36.209,75
	650.620,85	707.295,45

1.g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por:
i – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros - 705 005,03€
ii – Não aplicável
iii – Não aplicável
iv – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar 58 922.52€
v – Outras quantias com indicação da sua natureza:
Outras entidades - a receber 16 522.25€
Outras entidades - a pagar 159 005.95€

1.h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato :

CONTAS	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ de 90 dias	TOTAL
Clientes gerais	33.410,54	26.747,08	1.055,32	61.212,94
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	346,36	346,36
Outras contas a receber - s/imparidade	17.615,70	565.380,97	22.587,13	605.583,80

1.i) Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito
Não houve

1.j) Transmissão de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício
Não houve

1.k) Contratos cessados com empresas de seguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela:
Não houve

1.l) Breve descrição da natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes :
Não houve

2 – No caso dos corretores de seguros
Não aplicável

3 – No caso de mediadores de resseguros:

3.a) Valor total dos fundos recebidos com vista a serem transferidos para as resseguradoras para pagamento de prémios relativamente aos quais não foram outorgados poderes de cobrança ascenderam a 2 467 565,79€
3.b) Valor total dos fundos que nos foram confiados pelas resseguradoras com vista a serem transferidos para as companhias de seguros cedentes para os quais não foram outorgados poderes de quitação das quantias recebidas ascenderam a 258 353,49€.

Resta referir que para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008 R, dispõe da garantia bancária emitida pelo Novo Banco para cobertura de responsabilidades até ao montante de 100 000,00 €.

O Contabilista Certificado,
Membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA.
O Gerente

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas da **Molinari, Lda.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 6.784.902,48 euros e um total de capital próprio de 5.712.011,62 euros, incluindo um resultado líquido de 525.023,16 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Molinari, Lda.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Domicílio Profissional
R. Tomás Ribeiro, nº 43 2º Esq.
4450-296 Matosinhos
Telemóvel: 919 865 082

Escritório
R. do Bom Sucesso, nº 64 – 1º
4150-147 Porto
Telefone: 226 097 241/2

Revisora Oficial de Contas nº 1096
Registo CMVM nº 20160708
Contribuinte nº 196 584 345
Email: islroc@gmail.com

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Matosinhos, 27 de março de 2018

Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão, ROC 1096

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Quotistas,

Nos termos da lei e do mandato que me foi conferido, apresento o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dou parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Gerência da Sociedade **Molinari, Lda.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhei, nos termos da minha competência, a gestão da sociedade, analisei com a extensão aconselhável a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respetivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emiti a respetiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

No âmbito das minhas funções, verifiquei que:

- o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da posição financeira da Empresa, do seu desempenho financeiro, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

- o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

- a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Domicílio Profissional
R. Tomás Ribeiro, nº 43 2º Esq.
4450-296 Matosinhos
Telemóvel: 919 865 082

Escritório
R. do Bom Sucesso, nº 64 – 1º
4150-147 Porto
Telefone: 226 097 241/2

Revisora Oficial de Contas nº 1096
Registo CMVM nº 20160708
Contribuinte nº 196 584 345
Email: islroc@gmail.com

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Gerência e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, sou de parecer que:

a) Seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e

c) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Matosinhos, 27 de março de 2018

O Fiscal Único,

Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão, ROC 1096